



Relatório do Pilar 3

1º Trimestre de 2026



Conteúdo

Introdução.....	3
1. Visão Geral do Gerenciamento de Risco da Instituição - OVA.....	3
Entidade.....	3
Política de Divulgação de Informações.....	3
Modelo de Negócios e Perfil de Riscos.....	3
Apetite por Riscos.....	4
Governança do Gerenciamento de Riscos.....	6
Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição.....	10
Governança Corporativa.....	10
Ambiente de Controle.....	10
Atividades de Controle de Risco Regulatório (Pauta Regulatória).....	11
Gerenciamento de Riscos.....	12
Canais de Disseminação da Cultura de Riscos.....	12
Treinamento.....	12
Repositório de Informações.....	13
Reporte de Riscos.....	13
Teste de Estresse.....	13
Teste de Estresse para Risco de Crédito.....	14
Teste de Estresse para Risco de Mercado.....	14
Teste de Estresse para Risco Operacional.....	14
Teste de Estresse para Risco de Liquidez.....	15
Cenários e Metodologias Utilizadas e o Uso dos Resultados no Gerenciamento de Riscos.....	15
Identificação, Inventário, Mensuração e Mitigação dos Riscos.....	16
Mitigação de Riscos.....	17
Gerenciamento de Capital.....	18
Acompanhamento da Adequação dos Valores de Capital.....	18
Capital Regulatório.....	18
Capital Econômico - Riscos Não Cobertos no Capital Regulatório.....	18
2. Gerenciamento do Risco de Liquidez (Tabela LIQA – Informações Qualitativas).....	18
Estrutura, Papéis e Responsabilidades do Gerenciamento de Risco de Liquidez.....	18
Estratégia de Liquidez (Captação de Recursos e Mitigação de Riscos).....	19
Processos para Gerenciamento do Risco de liquidez.....	19
3. Gerenciamento do Risco de Crédito (Tabela CRA – Informações qualitativas).....	20
Política e Limites Internos Associados ao Risco de Crédito.....	20
Estrutura, Responsabilidade e Modelo de Negócio do Gerenciamento do Risco de Crédito.....	21
Principais Tópicos de Gerenciamento do Risco de Crédito.....	21
Gerenciamento do Risco de Crédito por Contraparte: Tabela CCRA – Informações Qualitativas.....	22
4. Gerenciamento do Risco de Mercado (Tabela MRA – Informações Qualitativas).....	23
Estrutura, Responsabilidade e Modelo de Negócio do Gerenciamento do Risco de Mercado.....	23
Estratégia e Processos no Gerenciamento de Mercado.....	24
Principais Características dos Sistemas de Informação e de Mensuração dos Riscos.....	24
5. Gerenciamento do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (Tabela IRRBBA – Informações Qualitativas).....	25
Estrutura, Responsabilidade do Gerenciamento do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária.....	25
Estratégia e Processos no Gerenciamento de Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária.....	25
Principais Tópicos e Metodologias do Gerenciamento do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária.....	26
Reclassificação entre Carteiras.....	26
6. Gerenciamento do Risco Operacional (Tabela ORA – Informações Qualitativas).....	26
As políticas e estratégias para o gerenciamento do risco operacional.....	26
7. Informações Quantitativas.....	30
Anexo I (KM1 - Informações Quantitativas Sobre os Requerimentos Prudenciais).....	30



Anexo II (OV1 - Visão Geral dos Ativos Ponderados pelo Risco).....	30
Anexo III (MR1 - Abordagem Padronizada - Fatores de Risco Associados ao Risco de Mercado).....	30

Introdução

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III (Pilar 3), o qual tem por objetivo fornecer informações sobre a prática no gerenciamento de riscos e os índices de capital regulatório requerido, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (DB Brasil) prepara suas estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, considerando o cronograma delineado pelos reguladores, para obtenção de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e análises dos Riscos de Crédito, de Mercado, de Liquidez, Reputacional, Social, Ambiental, Climático, e Operacional.

Regularmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo DB Brasil, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das áreas de Negócios da Instituição. Tais procedimentos, em conjunto com processos contínuos de aprimoramento dos controles internos, têm como objetivo subsidiar a Diretoria Executiva, Órgãos Supervisores, auditorias e clientes do DB Brasil, com informações que delineiam o gerenciamento de riscos e controles internos, baseado em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

No contexto supramencionado, os detalhes da estrutura de gerenciamento de riscos do DB Brasil em atendimento às exigências da Resolução BACEN nº 54/2020 se encontram detalhados a seguir.

1. Visão Geral do Gerenciamento de Risco da Instituição - OVA

Escopo

Entidade

Conforme estabelecido nos artigos 1º e 2º da Resolução BACEN nº 54/2020, as informações sobre gerenciamento de riscos cobrem a entidade Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (DB Brasil).

Política de Divulgação de Informações

O DB Brasil mantém a descrição completa da Estrutura Contínua e Integrada de Riscos, que abrange o gerenciamento de riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, socioambiental e climático, além da Estrutura de Gerenciamento de Capital, publicadas em documentos de acesso público no sítio eletrônico (webpage) da Instituição. Um resumo dessas estruturas é igualmente publicado nas demonstrações contábeis semestrais.

Modelo de Negócios e Perfil de Riscos

O DB Brasil é uma subsidiária integral do Grupo Deutsche Bank (Grupo DB) e, por meio dessa estrutura de pessoa jurídica, o Banco opera duas divisões corporativas principais: Global Emerging Markets (Mercados Emergentes Globais ou GEM) e Corporate Bank (CB). Essas divisões são utilizadas como base para a estratégia e planejamento de negócios e realizam as seguintes atividades:



➤ **GEM:**

- A divisão de GEM foca sua atividade em (i) vendas e negociação de renda fixa e moedas (Fixed Income and Currencies – FIC) e (ii) prestação de serviços de consultoria e originação de emissões e sindicalização. No caso deste último, o registro de suas operações é feito em outras entidades do Grupo DB, para o qual o DB Brasil recebe uma comissão pelos serviços prestados (receita já contemplada no orçamento); e
- A divisão de FIC (Fixed Income and Currencies) facilita vendas, negociação e estruturação de uma ampla gama de produtos, incluindo títulos de dívida, derivativos do mercado de balcão, câmbio, bem como instrumentos e produtos estruturados do mercado monetário para clientes institucionais e corporativos.

➤ **Corporate Bank (CB):**

- A divisão de CB combina as linhas de negócios, sendo a equipe de vendas (área de Corporate Bank Coverage) responsável pela originação de transações para o DB Brasil. A divisão de CB presta serviços globais relacionados à gestão de caixa, trade finance (comércio exterior), custódia e serviços de agente e valores mobiliários, por meio de uma gama completa de produtos e serviços de banco comercial.

Apetite por Riscos

O apetite por risco do DB Brasil é expresso pela obtenção de estabilidade de ganhos, capital e adequação de liquidez. É definido em relação à capacidade de risco do Banco, que reflete as principais restrições regulatórias de capital e liquidez. A tabela a seguir apresenta os níveis máximos de adequação de capital que refletem o apetite e a capacidade de risco do DB Brasil. O nível verde indica o apetite por riscos, o nível ambar indica a tolerância ao risco e o nível vermelho indica a quebra do limite máximo aceitável.

Métricas	Vermelho	Ambar	Verde
Índice Basileia, capital nível I	<14%	14 - 15%	≥15%
Razão de Alavancagem	<4%	4 - 5%	>5%
Exposição Cambial	>28%	25 - 28%	<25%

Os principais riscos relacionados às atividades de negócios do DB Brasil estão elencados a seguir:

- **Risco de Crédito:** Risco de perda devido à deterioração da capacidade de solvência da contraparte/devedor, ou não cumprimento por uma contraparte/um devedor dos termos de qualquer contrato com o Banco ou, de outra forma, em atuar conforme acordado. O risco de crédito se divide nos cinco (5) tipos elencados a seguir, como parte da taxonomia de Risco de Crédito:
 - Risco de Inadimplência/Migração: O risco de que uma contraparte não cumpra suas obrigações de pagamento ou enfrente deterioração de qualidade de crédito relevante, aumentando a probabilidade de inadimplência;
 - Risco de País: O risco de que contrapartes de outra forma solventes e interessadas não consigam cumprir suas obrigações devido à intervenção direta de soberania ou políticas;
 - Risco de Transação/Liquidação: O risco que surge de qualquer exposição positiva futura contingente ou potencial;
 - Risco de Mitigação: O risco de perdas maiores devido a medidas de mitigação de risco que não apresentem o desempenho conforme previsto;
 - Risco de Concentração: O risco de um desenvolvimento adverso em uma única contraparte/um único país/setor/produto específico, resultando em deterioração no perfil de risco das exposições ao crédito do Grupo DB a essa contraparte/esse país/setor/produto.



O risco de produto é coberto em um contexto maior segundo o MIS (Management Information System – Sistema de Informações Gerenciais), BU (Business Unit – Unidade de Negócios) ou relatório/política de classe de ativos.

- **Risco de Mercado e IRRBB** (Interest Rate Risk in the Banking Book – Gerenciamento do Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária): O risco de mercado surge de variações nas taxas de juros, *spreads* de crédito, taxas de câmbio, preços de ações e preços de *commodities*, bem como suas correlações e volatilidades implícitas. No curso regular de suas atividades de negociação e bancária, o DB Brasil enfrenta risco de mercado ao atuar em mercados e assumir posições de dívida, ações, câmbio, outros valores mobiliários e *commodities*, bem como em derivativos equivalentes, seja na carteira de negociação, carteira bancária ou fora do balanço patrimonial. O DB Brasil possui uma estrutura abrangente para a gestão desses riscos de mercado, que garante que eles sejam identificados, mensurados e controlados de maneira adequada.

O risco de mercado se divide nos seguintes tipos de risco, como parte da taxonomia de gestão de risco de mercado: Risco de Taxa de Juros, Risco de Crédito, Risco de Câmbio, Risco de Ações e Risco de Ativo Cruzado. Contudo, a taxonomia de risco de mercado é significativamente mais granular, refletindo as amplas áreas de riscos de mercado específicos em que o DB Brasil opera. Cada um desses riscos está incluído na definição acima.

- **Risco de Liquidez:** O risco de que o DB Brasil não será capaz de cumprir suas obrigações de pagamento conforme vençam (risco de liquidez de curto prazo), ou de que o Banco poderá somente cumprir suas obrigações a um custo excessivo (risco de liquidez estrutural).

O risco de liquidez de curto prazo se divide nos seguintes tipos de risco, na taxonomia de risco de liquidez do Grupo DB: Risco de Rolagem e Saque, Risco de Valor de Ativos, Risco de Capacidade do Mercado de Financiamento, Risco de Financiamento em Moeda Cruzada, Risco de Concentração, Risco de Restrição de Transferência de Liquidez, Risco de Viabilidade de Franquia, Risco de Financiamento Fora do Balanço Patrimonial, Risco Intradiário, Risco de Internalização e Risco de Gravame de Ativos. O risco de liquidez (financiamento) estrutural se divide nos seguintes tipos: Risco de Transformação de Vencimento e Risco de Planejamento de Financiamento.

- **Risco Operacional:** O risco de perda resultante de processos internos inadequados ou falhos, pessoas e/ou sistemas ou de eventos externos, e inclui o risco legal. É baseado em restrições autoimpostas que definem o nível de risco que o DB Brasil está disposto a assumir na condução de suas atividades de negócio. As categorias de risco são detalhadas em taxonomia própria de riscos operacionais.

- **Risco Reputacional:** O risco de possível perda de confiança por parte dos clientes, contrapartes, acionistas, investidores e reguladores devido a uma percepção desfavorável e com possíveis danos à marca e à reputação do Grupo Deutsche Bank (Grupo DB). Esse risco, apesar da difícil quantificação, pode impactar o lucro, capital ou liquidez, decorrente de qualquer associação, ação ou omissão que poderia ser percebida por *stakeholders* como inadequada, antiética ou inconsistente com os valores e as crenças do Grupo DB.

O risco reputacional pode ser dividido em risco reputacional “primário” e “secundário”. O risco reputacional primário é o risco que surge de uma decisão ativa de empreender ou estabelecer qualquer associação, ação ou omissão ciente de que ela poderá representar um risco reputacional, *ex ante*. O risco reputacional secundário é o risco que surge como consequência de uma falha em outra estrutura de controle, processo ou gestão de risco, por meio da qual o risco é inerentemente gerido.

O DB Brasil segue uma série de critérios relativos a potenciais fontes de risco reputacional que podem surgir a partir de problemas com: (i) perfil da contraparte; (ii) propósito comercial/



substância econômica da transação ou produto; (iii) indústria e/ ou setor; (iv) considerações climáticas, ambientais e sociais; (v) natureza da transação ou produto; (vi) estrutura e termos da transação ou produto. Se algum dos critérios acima for cumprido, ou qualquer outro potencial risco reputacional for identificado e o assunto for considerado um risco reputacional moderado ou material, o assunto deve ser avaliado pelo fórum denominado RRF (*Reputational Risk Forum* - Fórum de Risco Reputacional).

- **Risco Socioambiental e Climático:** Apesar de não existir uma única definição de risco ESG (Environmental, Social, Governance – Ambiental, Social, Governança), seguindo o entendimento do guia EBA (*European Bank Authority*) sobre riscos ESG e o guia ECB (*European Central Bank*) sobre risco climático e ambiental: “Risco ESG são impactos negativos na organização (financeiros e não financeiros) e/ou em seus clientes e investidores causados por fatores ESG. Riscos ESG (incluindo risco climático e ambiental) são condutores do risco existente e podem impactar algumas categorias de risco simultaneamente como riscos relacionados a crimes financeiros (ex. lavagem de dinheiro) e riscos de compliance (ex. má conduta)”.

Ambiental	Social	Governança
Abrange o desempenho de uma empresa como administradora do meio ambiente	Considera a forma como uma empresa trata as pessoas associadas a ela	Aborda a forma como uma empresa é gerida
<input type="checkbox"/> Riscos Climáticos (físicos e de transição, incl. eventos climáticos) <input type="checkbox"/> Emissão de Carbono e Gases do Efeito Estufa <input type="checkbox"/> Efluentes e Resíduos <input type="checkbox"/> Gestão de Recursos e Energia <input type="checkbox"/> Desmatamento <input type="checkbox"/> Perda de Biodiversidade	<input type="checkbox"/> Capital Humano & Direitos Humanos <input type="checkbox"/> Impacto Social de Produtos e Serviços <input type="checkbox"/> Práticas Laborais <input type="checkbox"/> Saúde e Segurança no Trabalho <input type="checkbox"/> Privacidade e Segurança de Dados <input type="checkbox"/> Práticas de Venda <input type="checkbox"/> Diversidade & Inclusão	<input type="checkbox"/> Suborno, Corrupção e Riscos Políticos <input type="checkbox"/> Comportamento Competitivo <input type="checkbox"/> Honestidade Fiscal <input type="checkbox"/> Governança Corporativa <input type="checkbox"/> Gestão do Ambiente Legal e Regulatório

Figura 1: Fatores ESG

Em termos de definições e delimitações, deve ser ressaltado:

- Risco climático é parte do risco ambiental e consequentemente risco climático é parte do risco ESG; e
- Risco de Sustentabilidade é sinônimo de risco ESG.

A supervisão das ações implementadas e a sua respectiva efetividade são supervisionadas pelo Comitê de Sustentabilidade (BSC – *Brazil Sustainability Committee*), pelo Comitê de Supervisão de Capital e Riscos (CROC - *Capital & Risk Oversight Committee*), e pelo Comitê da Diretoria Executiva (*Board of Directors* ou BoD).

Governança do Gerenciamento de Riscos

A Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos foi dimensionada proporcionalmente ao perfil de risco e complexidade da Instituição, fornecendo linhas claras de responsabilidade para monitorar os principais riscos inerentes às atividades das linhas de negócios, incluindo os limites de capital e liquidez.

Para garantir a boa gestão de governança de riscos e seu alinhamento aos requisitos regulatórios específicos, o DB Brasil possui os seguintes comitês para gerenciamento de riscos da Instituição:



➤ **Comitê da Diretoria Executiva – BoD (Board of Directors)**

O BoD é o comitê central do DB Brasil, sendo responsável por:

- Coordenar e supervisionar as atividades e a governança do Banco;
- Fornecer uma plataforma para a escalonamento de temas relevantes da entidade brasileira à Matriz;
- Permitir e facilitar as responsabilidades resultantes do modelo de governança do DB Brasil;
- Monitorar e controlar temas de gestão institucional, bem como atividades dentro do país; e
- Garantir que a implementação de estratégias, projetos e iniciativas, tanto de negócios quanto de infraestrutura, sejam consistentes com a estratégia de riscos e capital do DB Brasil.

O BoD é presidido pelo CCO (Chief Country Officer ou Diretor Presidente) do DB Brasil e a composição dos membros votantes e convidados permanentes está detalhada no documento interno intitulado Termos de Referência - ToR (Terms of Reference), disponível na intranet local do Banco.

Sob a ótica de riscos e capital, o BoD é responsável por:

- Definir os níveis de apetite por risco na RAS (Risk Appetite Statement ou Declaração de Apetite por Riscos) e revisá-los a partir da recomendação emitida pelo Comitê de Supervisão de Capital e Riscos (CROC – Capital & Risk Oversight Committee);
- Aprovar e revisar, com periodicidade mínima anual:
 - Políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos, gerenciamento de capital e de divulgação de informações;
 - O programa dos testes de estresse;
 - A Política de Resiliência Operacional do DB Brasil;
 - O plano de contingência de liquidez;
 - O plano de capital;
 - O plano de contingência de capital;
 - A Declaração de Apetite por Riscos (RAS – Risk Appetite Statement);
 - Aprovar e revisar a PRSAC (Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática), com o auxílio do Diretor responsável pelo cumprimento da PRSAC e do Comitê de Sustentabilidade (BSC - Brazil Sustainability Committee);
- Assegurar a compatibilidade e a integração da PRSAC às demais políticas estabelecidas pelo DB Brasil, incluindo as políticas de crédito, de gestão de recursos humanos, de gerenciamento de riscos, de gerenciamento de capital e de conformidade;
- Estabelecer a organização e as atribuições do Comitê de Sustentabilidade;
- Assegurar que a estrutura remuneratória adotada pela instituição não incentive comportamentos incompatíveis com a PRSAC;
- Assegurar a aderência do DB Brasil às políticas, estratégias e aos limites de gerenciamento de riscos;
- Assegurar a correção tempestiva de eventuais deficiências da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e da Estrutura de Gerenciamento de Capital;
- Aprovar alterações nas políticas e estratégias de riscos e capital do DB Brasil, bem como em seus sistemas, rotinas e procedimentos;



- Autorizar, quando necessário, exceções às políticas, aos procedimentos, limites e níveis de apetite por riscos fixados na RAS;
- Promover a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos, da PRSAC, e das ações com vistas à sua efetividade;
- Assegurar recursos adequados e suficientes para o exercício das atividades de gerenciamento de riscos e capital, de forma independente, objetiva e efetiva;
- Estabelecer a organização e as atribuições do CROC e do BSC (Brazil Sustainability Committee ou Comitê de Sustentabilidade);
- Garantir que a estrutura de remuneração adotada pelo DB Brasil não incentive comportamentos incompatíveis com os níveis de apetite por riscos fixados na RAS; e
- Assegurar que a Instituição mantenha níveis adequados e suficientes de capital e liquidez.

➤ **Comitê de Supervisão de Capital e Riscos (CROC - Capital & Risk Oversight Committee)**

O CROC é o fórum central para revisão e decisão sobre todos os tópicos de riscos e capital relevantes. O Comitê é presidido pelo CCO (Chief Country Officer ou Diretor Presidente) do DB Brasil. A composição de membros votantes e convidados está detalhada no documento interno intitulado Regras de Procedimento (Rules of Procedure – RoP), disponível na intranet local do Banco. O CROC cobre as seguintes tarefas:

- Propor recomendações ao Comitê da Diretoria Executiva (BoD - Board of Directors), no mínimo anualmente, sobre:
 - Políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos, de capital e de divulgação de informações;
 - O programa dos testes de estresse;
 - A Política de Resiliência Operacional do DB Brasil;
 - O plano de contingência de liquidez;
 - O plano de capital;
 - O plano de contingência de capital;
 - Os níveis de Apetite por Riscos (RAS); e
 - O plano estratégico de riscos.
- Supervisionar a observância dos termos da RAS pelo BoD;
- Avaliar o grau de aderência dos processos da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos às políticas estabelecidas;
- Manter registro de suas deliberações e decisões;
- Monitorar o inventário de riscos incluindo (mas não limitado a): crédito, mercado, liquidez, operacional, social, ambiental, climático e capital e tomar ações, quando cabível;
- Revisar os resultados do teste de estresse e discutir/ recomendar ações conforme necessário;
- Aconselhar a Diretoria Executiva em medidas de recuperação em tempos de crise e supervisionar a execução conforme decisões tomadas pela mesma;
- Monitoramento da capacidade de capital do DB Brasil, incluindo conformidade regulamentar, consumo e adequação de capital; e
- Coordenar o desenvolvimento da cultura de risco no Grupo DB.



➤ **Comitê de Auditoria**

O Comitê de Auditoria apoia o Comitê da Diretoria Executiva (BoD - Board of Directors) na identificação de deficiências conhecidas e exposições ao risco, incluindo riscos de fraude e na melhoria da eficácia e eficiência da gestão de riscos, controles internos, processos e sistemas.

A composição dos membros votantes e convidados permanentes está detalhada no documento interno intitulado Termos de Referência - ToR (Terms of Reference), disponível na intranet local do Banco.

➤ **Fórum de Risco Reputacional (RRF – Reputational Risk Forum)**

O Grupo DB segue uma série de critérios relacionados a potenciais fontes de risco reputacional. O RRF (*Reputational Risk Forum* ou Fórum de Risco Reputacional) cobre o risco reputacional decorrente da adoção de clientes e/ou transações específicas, bem como violações de políticas internas ou regulamentares. Entende-se que as áreas de negócios e de infraestrutura devem submeter qualquer consulta ao RRF quando considerado necessário, de acordo com os critérios definidos pelo Grupo DB. Todas as reuniões são documentadas em atas e arquivadas para controle.

O principal objetivo do Fórum de Risco Reputacional é gerenciar o risco associado com relações e transações e garantir a aplicabilidade das regras, políticas e procedimentos internos, atuando como instância disciplinar para quaisquer questões dentro do escopo.

➤ **Comissão de Produtos**

A Comissão de Produtos é um subgrupo permanente do CROC, presidido pela Head da área de ORM (Operational Risk Management – Gerenciamento de Riscos Operacionais) e se reúne sob demanda (*ad hoc*), em função da necessidade. A composição dos membros votantes e convidados está detalhada no documento interno intitulado Termos de Referência (ToR – Terms of Reference), disponível na intranet local do Banco.

As principais responsabilidades da Comissão de Produtos são:

- Análise e deliberação sobre todos os NPAs (New Product Approval ou Aprovação de Novos Produtos) e NTAs (New Transaction Approval ou Aprovação de Novas Transações) gerados a partir do Brasil, ou que impactem os livros locais (independentemente de sua classificação de materialidade);
- Supervisão do processo local de novos produtos, operações específicas ou alteração em produtos já existentes;
- Considerações de violações e falhas da Política de Gestão de Produtos; e
- Escalonar conflitos ou violações ao CROC.

➤ **Comitê de Sustentabilidade (BSC – Brazil Sustainability Committee)**

O DB Brasil, em atendimento à Resolução CMN nº 4.945/2021, constituiu o Comitê de Sustentabilidade (BSC - Brazil Sustainability Committee), vinculado ao Comitê da Diretoria Executiva (Board of Directors ou BoD) e ao Comitê de Supervisão de Capital e Riscos (Capital and Risk Oversight Committee ou CROC).

As atribuições do Comitê de Sustentabilidade abrangem:

- Definir os objetivos estratégicos e iniciativas anuais de Sustentabilidade do DB Brasil, incluindo discussão e determinação das ações requeridas para suportar a estratégia de Sustentabilidade local e implementação do plano de ação de Sustentabilidade, segundo decisão do BoD;



- Propor e manter registro de recomendações ao BoD sobre o estabelecimento e a revisão da PRSAC;
- Avaliar o grau de aderência das ações implementadas à PRSAC e, quando necessário, propor recomendações de aperfeiçoamento;
- Monitorar e avaliar as ações implementadas através de KPIs (Key Performance Indicators ou Indicadores Chave de Desempenho);
- Suportar os subgrupos;
- Atualizar regulamente, ao menos trimestralmente ou conforme necessário, o BoD; e
- Coordenar suas atividades com o CROC de modo a facilitar a troca de informações.

Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição

Governança Corporativa

O DB Brasil privilegia os princípios de Governança Corporativa, seguindo diretrizes do Grupo Deutsche Bank (Grupo DB) que consolidam os princípios internos de Governança Corporativa que minimamente correspondem ou superam os requerimentos legais do Brasil.

Desde 2003, o Grupo DB adota globalmente o artigo 404 da Lei Sarbanes-Oxley, que exige o levantamento completo dos controles internos, assim como os sistemas de informação que produzem os dados financeiros e fluxos de documentação/processos de aprovação. Embora o DB Brasil não seja considerado globalmente uma entidade “SOX relevante”, periodicamente a documentação é revisada e atualizada pela área de Finance (área de Finanças), complementando o já existente processo interno de controles internos de acordo com a Resolução CMN nº 4.968/2021, bem como, com a Resolução nº 35/2021 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ambiente de Controle

O processo de controles internos é considerado pelo DB Brasil como sendo dinâmico e constante. O Banco possui um inventário de controles chave que por meio de uma plataforma eletrônica chamada SharePoint, possibilita a realização de avaliações periódicas pelos responsáveis de cada área mapeada, os quais atestam a efetividade dos mesmos, bem como realiza o controle de vencimento das Políticas e Documentos regulatórios aprovados pelo BoD. O Diretor responsável por controles internos, juntamente com a área de Compliance que atua na função de controles internos, coordenam esta atividade produzindo reportes gerenciais consolidados.

Parte importante da estrutura de controles internos do DB Brasil está fundamentada na formalização de atividades, controles e processos em políticas e procedimentos, no robusto processo de aprovação de novos produtos e de transações relevantes, além da ampla divulgação dos controles e regras, por meio de comunicados e treinamentos, para uma execução efetiva e consistente das atividades.

As três linhas de defesa (LoD – Line of Defense) existentes na estrutura do Banco estão segregadas da seguinte maneira:

- Primeira linha de defesa (1LoD): Áreas comerciais e operacionais que executam as atividades e são responsáveis por observarem e atuarem em conformidade com os parâmetros estabelecidos, reportando sempre que identificarem qualquer não conformidade;
- Segunda linha de defesa (2LoD): Funções das áreas de Gerenciamento de Risco e de Compliance que, além de estabelecerem os parâmetros a serem observados, também executam parte dos controles, que não aqueles de responsabilidade da 1LoD, e atuam junto às demais linhas para identificar e corrigir desvios e não conformidades; e



- Terceira linha de defesa (3LoD): A área de Auditoria Interna, que avalia, de maneira objetiva e independente, a adequação do desenho e a efetividade dos sistemas de controles internos para mitigar exposições a riscos significativos (incluindo riscos de fraude), visando a melhoria da eficácia e eficiência da gestão de riscos, dos procedimentos de governança e sistemas de forma holística.

A qualidade do ambiente de controles internos é determinada também em função da maneira como os colaboradores aderem às políticas e procedimentos existentes e do quão claramente são identificadas e endereçadas as deficiências em relação aos mesmos.

A área de Compliance participa ativamente do processo de distribuição e adequação aos requerimentos regulatórios, atua na avaliação periódicas do inventário de controles internos em conjunto com as diversas áreas do Banco, cujo objetivo principal é acompanhar o desempenho dos controles, atestar a efetividade dos mesmos e, quando aplicável, atuar em planos de ação resultantes de deficiências ou melhorias identificadas.

A área de Compliance tem representação ativa e direta nos principais comitês da Instituição, além de coordenar as auditorias externas e regulatórias, acompanhando eventuais deficiências identificadas e suas resoluções por meio de planos de ação. A área também busca a constante melhoria da qualidade do ambiente de controles internos e proporciona nos diversos relatórios elaborados, uma visão horizontal da Organização sobre os principais temas relacionados.

A estrutura de controles internos descrita acima é complementada pela existência de uma sólida estrutura de compliance, gerenciamento de riscos, governança, relatórios financeiros, auditoria interna e auditoria externa, as quais estão sumarizadas a seguir.

Atividades de Controle de Risco Regulatório (Pauta Regulatória)

A área de Compliance analisa periodicamente as normas e regulamentos divulgados, identifica quais dessas regras têm um possível impacto ao DB Brasil e divulga semanalmente as legislações e regulamentações avaliadas como aplicáveis ao Banco para o conhecimento de todos os colaboradores.

As normas e regulamentos são analisados quanto à sua aplicabilidade diante das atividades do DB Brasil, sendo esta avaliação registrada em controles específicos. A divulgação semanal interna feita pela área de Compliance não isenta a responsabilidade das demais áreas do Banco que devem assegurar que os normativos e legislações sejam tempestivamente verificados e, se aplicáveis, as ações necessárias sejam implementadas para assegurar a aderência regulatória e conformidade do DB Brasil.

Uma vez identificadas as normas avaliadas como aplicáveis ao DB Brasil e distribuídas internamente, a área de Compliance determina o provável especialista do assunto nas áreas de Negócios e/ou de Infraestrutura para que as mesmas deem continuidade à análise da regulamentação e confirmem as providências regularizadoras.

Confirmada a área responsável e o especialista pelo assunto, a aplicabilidade da norma ao DB Brasil é analisada e, quando confirmada, as ações necessárias para a adequação dos processos são definidas de forma a assegurar que o Banco esteja aderente aos requerimentos regulatórios.

A área de Compliance realiza o acompanhamento dos planos de ação definidos pela área responsável e o especialista pelo assunto, os quais são registrados em plataforma específica, até a respectiva conclusão. Reportes periódicos dos normativos mais relevantes em adequação pelo DB Brasil são apresentados na OOM (Operational Oversight Meeting ou Reunião de Supervisão Operacional).

O alinhamento e atuação das áreas de Compliance, Auditoria Interna e demais áreas de Gerenciamento de Riscos está baseado nos contatos periódicos por meio dos Comitês de



Governança do DB Brasil e também por meio da estrutura de controles internos que abrangem estas áreas.

A Instituição também utiliza outras ferramentas e atividades para garantir a identificação e incorporação de mitigantes para os riscos novos e/ou existentes, tais como:

- Relatórios regulatórios de controles internos;
- Monitoramento periódico do desempenho dos controles;
- Indicadores trimestrais de Compliance;
- Autoavaliações periódicas;
- Processo de acompanhamento dos novos requerimentos regulatórios e envio semanal da pauta regulatória;
- Acompanhamento e discussão dos temas de riscos e controles por meio de participação nos diversos comitês externos que o DB Brasil é associado;
- Resultados dos trabalhos de Auditoria Interna detalhados nos relatórios das auditorias;
- Processo de Monitoramento Contínuo efetuado pela Auditoria Interna; e
- Apresentações periódicas da Auditoria Interna ao Comitê de Auditoria.

Os resultados desses exercícios retroalimentam o processo de análise, melhorias e documentação de processos existentes, que passam a existir tomando em consideração os novos riscos identificados.

Gerenciamento de Riscos

O DB Brasil mantém um processo robusto e estruturado de gerenciamento de riscos que conta com procedimentos para garantir a identificação e avaliação de riscos de mercado, crédito, liquidez, operacionais, climáticos, sociais, ambientais, em linha com as metodologias do Grupo DB e com as melhores práticas de mercado.

Canais de Disseminação da Cultura de Riscos

Uma forte cultura de gerenciamento de riscos ajuda a reforçar a resiliência do DB Brasil garantindo uma abordagem holística para o gerenciamento de risco e retorno em toda a organização. Um aspecto importante e fundamental da cultura de risco do DB Brasil é o "tom do topo" (*tone from the top*) definido pelos membros da Diretoria Executiva.

As práticas eficazes de gerenciamento de riscos permitem que o Banco forneça serviço e produtos de qualidade aos seus clientes, mantenha e melhore sua posição no mercado e proteja sua propriedade e reputação a longo prazo. A Diretoria Executiva do DB Brasil comunica consistentemente as expectativas de gerenciamento de riscos a todos os seus colaboradores e demais partes interessadas, como parte de disseminação da cultura de gestão de risco solidária, responsável e conjunta.

Adicionalmente, os riscos assumidos contra o Apetite por Riscos são considerados na avaliação do desempenho das áreas e dos Colaboradores do DBSA, bem como na definição de incentivos e remuneração, em conformidade com as políticas, estrutura e processos de remuneração variável definidas pela área de Recursos Humanos.

Treinamento

Em parceria com a área de Recursos Humanos, a área de Gerenciamento de Riscos fornece treinamentos regulares e atualizações contínuas de suas políticas e procedimentos adequados para todos os colaboradores do DB Brasil.



Nos treinamentos também são abordados outros temas relevantes como leis, regulamentações e melhores práticas aplicáveis, bem como quaisquer outras questões relevantes relacionadas a gestão e controle de riscos. As evidências de participação dos colaboradores nos treinamentos de risco são arquivadas para controle.

Repositório de Informações

O DB Brasil dispõe de uma página específica sobre o gerenciamento de riscos em sua intranet local, com a finalidade de facilitar e disseminar a cultura de riscos. Nesta página, se encontram armazenados documentos, políticas e manuais relevantes que englobam o gerenciamento de riscos aplicáveis ao DB Brasil.

Reporte de Riscos

Mensalmente, os representantes do Comitê de Supervisão de Capital e Riscos (CROC - Capital & Risk Oversight Committee) recebem relatório completo com as principais informações tais como: resultados, riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional além de informações relacionadas aos valores de RWA (Risk-Weighted Assets – Ativos Ponderados pelo Risco), IRRBB (Interest Risk Rate in the Banking Book – Gerenciamento de Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária), testes de estresse e os principais índices de desempenho que ajudam nas tomadas de decisão.

O relatório denominado “Brazil Capital & Risk Oversight Committee” apresenta uma página na qual são sintetizados os principais indicadores de riscos, denominado “Risk Appetite Dashboard”, que permite rápida visualização do contexto atual da filial em relação aos indicadores definidos na RAS (Declaração de Appetite por Risco ou Risk Appetite Statement). Também são apresentados os resultados do teste de estresse distribuído em cada linha de atividade da Instituição e o impacto nas métricas regulatórias, bem como as contingências elencadas (*De-risking*) de forma a enquadrar o DB Brasil nas métricas regulatórias.

Teste de Estresse

O teste de estresse é uma ferramenta de medição de risco usada para avaliar os efeitos potenciais de um evento específico e/ou um movimento em um conjunto de fatores de risco na condição financeira de uma instituição. Envolve a tradução de cenários macroeconômicos hipotéticos em perdas potenciais para exposições existentes e projetadas, além das atividades de negócios.

Trata-se de uma técnica chave de medição de risco utilizada para determinar e avaliar os potenciais efeitos de uma circunstância extrema, ou seja, um evento idiossincrático específico e/ou choques para um conjunto de variáveis macroeconômicas.

Os resultados dos testes de estresse são a base para a definição do planejamento estratégico de riscos, planejamento estratégico de capital e da RAS, assim como também devem ser utilizados em decisões pontuais de negócios.

Os testes de estresse do DB Brasil são realizados de acordo com as respectivas políticas de gerenciamento de riscos de crédito, de mercado, operacional e de liquidez, tendo, sempre que possível, os cenários alinhados entre os diferentes riscos. A definição dos cenários é composta por três elementos básicos:

- i. Cenário macroeconômico de estresse;
- ii. Eventos idiossincráticos não-financeiros; e
- iii. Choque súbito em um dia de mercado.



Teste de Estresse para Risco de Crédito

A área de CRM Brasil (Credit Risk Management – Gerenciamento de Risco de Crédito) é responsável pela coordenação e desenvolvimento das atividades voltadas à análise, aplicação e validação de Teste de Estresse de Risco de Crédito aplicáveis ao DB Brasil, de acordo com os procedimentos do Grupo DB e em conformidade com os requisitos regulatórios.

O teste de estresse é uma técnica de gerenciamento de risco usada para avaliar os efeitos potenciais de um evento específico e/ou um movimento em um conjunto de fatores de risco nas condições financeiras de uma instituição. O teste de estresse do Risco de Crédito é um dos componentes da gestão integrada de riscos e é utilizado para avaliar o impacto da deterioração na carteira de crédito sobre o capital econômico do DB Brasil, diante de condições macroeconômicas adversas. Eles complementam (e não substituem) as diversas outras metodologias de medição da exposição aplicadas pelo Banco sob condições normais de mercado.

Em linha com o nosso compromisso com a sustentabilidade e a resiliência do sistema financeiro, o DB Brasil faz os exercícios de testes de estresse de fatores de ESG integrados ao teste de estresse de risco para risco de crédito.

Nossos exercícios de testes de estresse abrangem uma análise aprofundada do risco climático, dividido entre risco de transição e risco físico. No cenário de transição, consideramos os efeitos tanto de curto como de longo prazos, utilizando modelo próprio que analisa o impacto no aumento no preço dos créditos de carbono, energia e custos para descarbonização, bem como mudanças na demanda e suprimento de matéria-prima com uma ótica de impacto setorial. O teste de estresse de risco climático físico foi desenvolvido com base no impacto e na probabilidade de default no nível da contraparte para diferentes cenários e horizontes de tempo.

Realizamos ainda uma análise de sensibilidade para riscos ambientais e sociais. Nesse exercício, modelamos a piora do rating de crédito de empresas para clientes com riscos ambientais e sociais "alto" e monitoramos o impacto para cada setor. O resultado da análise de sensibilidade é incorporado ao cálculo de perdas potenciais do teste de estresse de crédito consolidado.

Teste de Estresse para Risco de Mercado

O teste de estresse de gestão de risco de mercado é um processo local, para posições da carteira de negociação ("trading book") do DB Brasil, que estima o impacto financeiro ("Profit and Loss") na carteira diante de cenários extremos, porém plausíveis, em diversos fatores de risco.

Os cenários podem ser baseados em observações históricas ou cenários prospectivos, e consistem em combinações de deslocamentos como desvalorização da taxa de câmbio e aumento da taxa de juros.

Teste de Estresse para Risco Operacional

O teste de estresse para risco operacional é uma medida utilizada para avaliar os efeitos potenciais de um evento específico e/ou movimentos em um conjunto de fatores de risco nas condições financeiras de uma instituição.

A estrutura do teste de estresse para os riscos operacionais do DB Brasil resulta da aplicação de um modelo local, baseado em aspectos específicos do DB Brasil, e usa uma base de dados do mercado. A governança do teste começa na área de ORM (Operational Risk Management ou Gerenciamento de Risco Operacional), com a definição do modelo, a coleta de informações e cálculo do teste de estresse. O CROC supervisiona a modelagem e o resultado do teste de estresse, submetendo-o ao BoD para aprovação.



Teste de Estresse para Risco de Liquidez

O teste de estresse de liquidez prevê o gerenciamento de possíveis cenários e implicações no nível de liquidez decorrentes de variações nas condições de mercado ou alterações inerentes ao perfil do balanço patrimonial do DB Brasil.

Os pressupostos do teste de estresse de liquidez são definidos de acordo com a metodologia global do Grupo DB, com possibilidade de adaptações ao mercado local conforme avaliação da área de Treasury (Tesouraria) e revisão da área de MVRM (Market and Valuation Risk Management ou Gerenciamento de Risco de Mercado e Precificação). Esse relatório é preparado de forma diária e os resultados do teste de estresse são enviados à área de MVRM. Caso haja um resultado negativo no teste de estresse de liquidez, o CROC deve aprová-lo e, além disso, esse resultado é comunicado ao BoD.

Anualmente, as premissas do modelo são revalidadas pela área de MVRM e o resultado da validação é apresentado ao CROC.

Cenários e Metodologias Utilizadas e o Uso dos Resultados no Gerenciamento de Riscos

Os cenários utilizados estão descritos de forma mais detalhada nas respectivas políticas relacionadas ao gerenciamento de cada risco. A seguir estão dispostos os principais pontos e cenários utilizados para cada risco.

➤ Risco de Crédito:

O DB Brasil adota os modelos globais do Grupo DB para o gerenciamento de risco de crédito sob a perspectiva econômica interna de seu Processo Interno de Avaliação de Adequação de Capital (ICAAP – Internal Capital Allocation Adequacy Process).

O Teste de Estresse de Risco de Crédito Global (GWST – Group Wide Stress Test) está centralizado no time ICAAP baseado em Berlim, na Alemanha. O exercício é baseado em cenários específicos, testes de sensibilidade, estresse de risco-país, estresse de exposição de contraparte, estresse de migração de rating e variações de moeda em um horizonte de tempo de um (1) ano.

A área de pesquisa intitulada Enterprise Risk Management Research (ERM Research) é responsável pela definição dos cenários macro GWST e pelo fornecimento das premissas correspondentes, tendo o Comitê de Teste de Estresse (STC – Stress Test Committee) atuando como órgão de governança.

As premissas utilizadas para o Brasil estão relacionadas ao crescimento de Produto Interno Bruto (PIB ou GDP – Gross Domestic Product) e à variação cambial.

Name	Definition	Aggregation
Brazil Real GDP, SAAR, billions real 2010 USD	Brazil Real GDP, SAAR, billions real 2010 USD	Quarterly
Brazil Real GDP, QoQ growth rate, SAAR, %	Brazil Real GDP, QoQ growth rate, SAAR, %	
Brazil Real GDP, YoY growth rate, %	Brazil Real GDP, YoY growth rate, %	
Brazil EUR / BRL	Brazil BRL per EUR	End of quarter
Brazil USD / BRL	Brazil BRL per USD	End of quarter

O modelo global utiliza simulações de Monte Carlo, utilizando PD (Probability of Default ou Probabilidade de Inadimplência), LGD (Loss Given Default ou Perda Dada Inadimplência), EAD (Exposure at Default ou Exposição no Momento de Inadimplência) e LEEEC (Loan Equivalent Exposure relevant for EC ou Exposição Equivalente a Empréstimo Relevante para Capital Econômico) para o cálculo de EL (Expected Loss ou Perda Esperada) do portfólio de crédito, em linha com abordagem do Pilar II de Basileia.

Os resultados de Capital Econômico (EC – Economic Capital), PD, EAD, LEEEC nos Cenários Base e de Estresse são então convertidos para Reais (BRL – Brazilian Real) utilizando-se da maior taxa de conversão incluída no modelo. A diferença de Perda Esperada entre os Cenários Base e de Estresse é o valor a ser utilizado para o estresse de capital do DB Brasil. Cenários



adicionais com simulação de *default* de contrapartes específicas podem ser incluídos no teste de estresse.

➤ **Risco de Mercado:**

Os eventos de mercado considerados no teste de estresse são:

- Uma combinação de variação nos fatores de risco de mercado: desvalorização da taxa de câmbio e aumento da taxa de juros;
- Cenários baseados em séries históricas e cenários prospectivos.

Para garantir consistência e transparência, no processo de definição dos cenários, as etapas abaixo são seguidas:

- i. Determinar o *holding period* [horizonte de tempo necessário para liquidar ou hedgear (proteger) completamente a exposição a um fator de risco] em momentos de estresse de mercado;
- ii. Identificação e extração das séries históricas dos fatores de risco;
- iii. Análise quantitativa das séries históricas para determinar os choques considerando o *holding period*;
- iv. Análise qualitativa sobre os dados de mercado observado.

O atual *holding period* é entre duas e quatro semanas.

➤ **Risco Operacional:**

O processo do teste de estresse é realizado em duas frentes, uma considera eventos de litígio (processos jurídicos) e outra de eventos de não litígio (eventos de perda operacional não relacionados a processos jurídicos), pois apresentam natureza distinta.

- Perdas não jurídicas estressadas, com a base de dados histórica de registro do sistema EMApp, que é o sistema do Grupo DB para registro de eventos de risco operacional comparada com uma base de perdas operacionais de mercado;
- Perdas relacionadas a riscos idiossincráticos, ou seja, o mapa corrente de riscos operacionais relevantes identificados;
- Perdas jurídicas classificadas como “Possíveis” e, portanto, não provisionadas.

➤ **Risco de Liquidez:**

Os cenários utilizados no teste de estresse de liquidez seguem quatro (4) cenários conforme descritos a seguir:

- i. Crise no mercado emergente;
- ii. Crise sistêmica (2007/2008);
- iii. *Downgrade* na classificação de crédito do Grupo DB;
- iv. Combinação dos cenários (ii) e (iii) acima.

Identificação, Inventário, Mensuração e Mitigação dos Riscos

O DB Brasil exige que os tomadores de risco assegurem a identificação abrangente de risco, de modo que todos os riscos a que estejam expostos sejam incluídos no inventário de riscos da



Instituição. Esse processo é gerenciado pela área de Gerenciamento de Riscos e apresentado mensalmente no CROC.

Os riscos estão subdivididos nas áreas de: (i) CRM (Credit Risk Management ou Gerenciamento dos Riscos de Crédito), (ii) MVRM (Market and Valuation Risk Management ou Gerenciamento de Risco de Mercado e Precificação), e (iii) ORM (Operational Risk Management ou Gerenciamento de Riscos Operacionais).

O registro e manutenção de posições expostas ao risco são mantidos nos sistemas de gerenciamento de riscos que são a fonte de informação para a emissão da apresentação ao CROC. Um sumário destes relatórios é mensalmente apresentado ao BoD.

Mitigação de Riscos

O pré-requisito para assumir riscos é que eles possam ser adequadamente monitorados, controlados, mitigados e economicamente viáveis. O DB Brasil mantém uma estrutura de monitoramento e mitigação por meio de limites para suas métricas de apetite por risco, apresentando também mecanismos para escalonamento, quando necessário.

O DB Brasil monitora todos os riscos contra o apetite por risco e as considerações de risco específicas por tipo, níveis de carteira e contraparte. O relatório de risco deve ser preciso, claro e completo, deve transmitir dados reconciliados e validados para assegurar transparência e compreensão de todos os riscos, suas principais métricas e cenários de estresse.

O risco pode ser mitigado no nível do portfólio, ativos, tipo, cliente, entre outros. O instrumento típico de mitigação de riscos inclui um ou mais dos seguintes itens:

- Diversificação do portfólio e balanceamento do *mix* (combinação) de receita para reduzir dependência de mercados ou produto específico;
- Garantias sob a forma de ativos financeiros, físicos ou outros; ou declarações de responsabilidade (garantias);
- Implementação de controles como o rastreamento do desempenho por avaliações periódicas do desempenho real versus metas do plano e identificação precoce dos possíveis desvios;
- Monitoramento de mudanças não planejadas no ambiente de negócios, incluindo mudanças regulatórias;
- Compra de proteção (*hedge*);
- Seguros; e
- Alienação de ativos ou compromissos.

O DB Brasil diversifica ativamente sua exposição ao risco, sempre que possível, para evitar concentrações indevidas no portfólio de riscos específicos.

O Gerenciamento de Apontamentos é o processo do Grupo Deutsche Bank para mitigar riscos oriundos de deficiências de controle, identificados por fontes internas e externas, que tem por objetivo manter os riscos em níveis aceitáveis. Este processo apoia a 1ª e a 2ª Linha de Defesa na tomada de decisões baseadas em risco, que podem resultar em mitigação por meio de planos de ação ou na aceitação formal do risco.

A aceitação de um risco exige aprovação das alçadas competentes, incluindo a análise da 2ª Linha de Defesa sobre o impacto no Apetite de Risco da instituição.



Gerenciamento de Capital

Acompanhamento da Adequação dos Valores de Capital

O acompanhamento dos valores de capital é realizado mensalmente. Os valores de capital regulatório e econômico abrangem também o valor do capital contábil, atendendo aos limites da legislação local e aos limites da matriz, como exemplo, o limite de exposição ao país.

Capital Regulatório

Os valores de capital regulatório são apurados tanto para fins locais, como para a matriz, seguindo as respectivas legislações. Para fins locais, apura-se o capital regulatório com base na Resolução CMN nº 4.958/2021 (e regulamentação complementar), enquanto que para a matriz do Grupo DB, são aplicados os conceitos de Basileia adotados globalmente.

Capital Econômico - Riscos Não Cobertos no Capital Regulatório

O cálculo de capital econômico existe somente no nível global. O capital econômico reflete o risco da Instituição utilizando modelos próprios, o qual abrange riscos de crédito, de mercado e operacional (incluindo nesse último o risco reputacional).

Globalmente, o Grupo DB se utiliza também de conceitos como resultado sobre capital econômico, lucro econômico e construção/destruição de valor (retorno acima ou abaixo de certa taxa mínima). A alocação de recursos se dá considerando resultado econômico (na distribuição de capital e *funding*, por exemplo, são beneficiadas as áreas mais rentáveis do ponto de vista de capital econômico).

Em síntese, apura-se o capital econômico com base nos modelos internos aceitos globalmente para fins de reporte para a matriz, o qual é alocado de acordo com a representatividade da filial, independente dos produtos que são operados em cada país.

Para fins locais, entende-se que os requisitos mínimos de capital regulatório estabelecidos pelo BACEN são suficientes para cobrir os riscos relacionados ao modelo de operação do DB Brasil, devido aos seguintes fatores:

- A regulamentação atual cobre todos os riscos relacionados ao capital regulatório (mercado, crédito, operacional e IRRBB);
- Não são identificados outros riscos mensuráveis, além dos mencionados acima;
- Dada a necessidade imposta pela legislação local de mensurar todas as operações igualmente, entende-se que o capital regulatório alocado para algumas operações com empresas do Grupo DB, supera o valor do capital econômico.

Com base nas razões supramencionadas, o patrimônio de referência atual do DB Brasil é suficiente para cobrir os riscos inerentes à estrutura de operações da Instituição.

2. Gerenciamento do Risco de Liquidez (Tabela LIQA – Informações Qualitativas)

Estrutura, Papéis e Responsabilidades do Gerenciamento de Risco de Liquidez

A descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos, que abrange o Gerenciamento de Risco de Liquidez, está divulgada na webpage (sítio eletrônico) do DB Brasil, bem como na intranet local do Banco.

A área de MVRM (Market and Valuation Risk Management ou Gerenciamento de Risco de Mercado e Precificação) é responsável pela revisão independente que opera como parte da segunda linha de defesa, sendo responsável por supervisionar e avaliar a eficácia das atividades de gerenciamento de risco de liquidez realizadas pela área de Treasury (Tesouraria) do DB Brasil. Ao executar suas atividades de supervisão e validação, a área de MVRM desempenha



um papel fundamental na supervisão e manutenção do quadro de gerenciamento de risco de liquidez.

Estão atribuídas como responsabilidades da área de MVRM, os limites de risco de liquidez, governança de produtos, monitoramento do risco de liquidez e a comunicação dos resultados das atividades de supervisão e validação da área de MVRM às partes interessadas apropriadas.

A área de Treasury, unidade segregada das áreas de Negócios, atua como primeira linha de defesa no gerenciamento de risco de liquidez, tendo como responsabilidades, apetite ao risco de liquidez, limites de liquidez, colchão de liquidez, governança de produtos, gerenciamento do risco de liquidez intradiário, registro de operações, posições e *hedge* (proteção) e ao desenvolvimento, implementação e uso do modelo de risco de liquidez.

Estratégia de Liquidez (Captação de Recursos e Mitigação de Riscos)

A estratégia de liquidez do DB Brasil é definida com base nos resultados apresentados nos relatórios de risco de liquidez e nas condições de mercado. Para manter um nível adequado de liquidez, o DB Brasil trabalha com um nível mínimo de ativos líquidos, evita concentrar as suas captações em um número reduzido de clientes e no curto prazo.

Processos para Gerenciamento do Risco de liquidez

O DB Brasil enfatiza a gestão prospectiva do gerenciamento do risco de liquidez, pois acredita que ações preventivas são menos dispendiosas do que ações corretivas. Os principais controles do risco de liquidez são:

- Teste de estresse de liquidez: gerenciamento de possíveis cenários e implicações no nível de liquidez decorrentes de variações nas condições de mercado ou alterações inerentes ao perfil do balanço patrimonial do DB Brasil. Os pressupostos do teste de estresse de liquidez são definidos de acordo com metodologia global do Grupo DB com possibilidade de adaptações ao mercado local conforme avaliação da área de Treasury e revisão da área de MVRM. Esse relatório é preparado de forma mensal, mas pode ser preparado diariamente, caso a equipe da área de Treasury julgue necessário. Os resultados do teste de estresse são enviados à área de MVRM. Caso haja um resultado negativo no teste de estresse de liquidez, o CROC deverá aprová-lo e, além disso, esse resultado será comunicado ao BoD;
- Anualmente, as premissas do modelo são revalidadas pela área de MVRM e o resultado da validação é apresentado ao CROC;
- Relatórios de Fluxo de Caixa (RFC): Monitorar fluxos acumulados por moeda, por entidade e por prazo [limitados a noventa dias] e compará-los a limites estabelecidos por moeda pela área de Treasury. Esse relatório é preparado diariamente e distribuído para a área de LRM (Liquidity Risk Management). Eventuais excessos no RFC cujos valores estão definidos na RAS (Risk Appetite Statement - Declaração de Apetite por Risco), poderão ser aprovados pelo responsável da área de Treasury do DB Brasil, do contrário deverão ser aprovados pelo responsável da área de LRM;
- Perfil das Captações: monitorar os diversos produtos, preço, prazo e concentração das captações feitas pelo DB Brasil. O monitoramento é feito mensalmente, porém pode ser realizado diariamente, caso a equipe da área de Treasury julgue necessário. Em caso de excesso do limite máximo de concentração de depositantes, o CROC deve aprová-lo; e
- Plano de contingência de liquidez: o Grupo de Gestão de Risco de Liquidez (GGRL) tem como objetivo principal estabelecer políticas e procedimentos de contingência, com a responsabilidade de decidir quais serão as medidas adotadas com o objetivo de otimizar o equilíbrio financeiro e reduzir o risco reputacional do DB Brasil.



As métricas de liquidez são atualizadas e reportadas diariamente aos membros do GGRL e mensalmente ao CROC. Tais métricas abrangem:

- i. Indicadores internos: teste de estresse, RFC (Relatório de Fluxo de Caixa), reserva mínima de liquidez e custo médio dos CDBs (Certificados de Depósito Bancário);
- ii. *Rating* (classificação) de crédito no Brasil: *downgrade* (rebaixamento) do *rating* de crédito do DB Brasil; e
- iii. Indicadores de mercado: porcentagem do *haircut* dos títulos públicos do Governo Brasileiro (valor de mercado secundário versus pu 550); monitorar a variação da taxa de câmbio (USD/BRL).

Se dois ou mais indicadores (teste de estresse, RFC e *Rating*) excederem o nível de atenção, o GGRL deverá ser convocado para decidir se ações adicionais deverão ser tomadas.

O plano de contingência de liquidez estabelece objetivos e procedimentos do DB Brasil. As medidas aplicadas poderão ser adotadas de forma e intensidade diferentes sendo: medida de financiamento e o gerenciamento dos ativos.

3. Gerenciamento do Risco de Crédito (Tabela CRA – Informações qualitativas)

Política e Limites Internos Associados ao Risco de Crédito

Todas as normas, procedimentos, requerimentos legais, seguem as diretrizes de crédito globais do Grupo DB.

O objetivo da Política de Gerenciamento de Risco de Crédito é estabelecer princípios, detalhando os processos de crédito, as funções e as responsabilidades para o portfólio, em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017. Visa garantir que: (i) o processo de crédito seja bem compreendido; (ii) um alto nível de integridade e consistência do processo de gerenciamento de risco de crédito seja mantido; e (iii) os colaboradores possam se familiarizar rapidamente com as normas do DB Brasil.

As utilizações em aberto nos limites de crédito são monitoradas continuamente. O sistema emite alertas de excedentes aos analistas de crédito de forma automática e em base diária. Todos os excedentes dos limites de crédito precisam ser investigados e justificados. Quando aplicável, deve-se estabelecer plano de ação específico para efetiva regularização (por exemplo, cancelamento ou aumento de limite).

Os limites de crédito estabelecem o máximo de risco de crédito que o DB Brasil está disposto a assumir por determinado prazo. Eles relacionam produtos, condições de exposição entre outros fatores. Os limites de crédito são estabelecidos pela área de CRM (Credit Risk Management - Gerenciamento de Risco de Crédito) através da execução das autoridades de crédito atribuídas.

A autoridade de crédito reflete o mandato de aprovar novos limites de crédito, bem como aumentar ou estender os limites de crédito existentes. A autoridade de crédito é individual e atribuída de acordo com a qualificação profissional e experiência de cada membro da área de CRM.

As aprovações de crédito são dadas por dois profissionais com autoridade de crédito, sendo que ao menos um deles deve possuir a alçada necessária para a proposta em questão.

Os limites operacionais (ou autorizações de crédito) devem ser revisados e aprovados pelo BoD com periodicidade mínima anual, sendo documentados na ata da referida reunião.

Os limites para as contrapartes identificadas com risco de inadimplência ou que já tenham inadimplido devem ser reduzidos, sempre que possível, apenas o suficiente para cobrir seus montantes em dívida. Adicionalmente, os ratings de crédito dessas contrapartes deverão ser revistos e ajustados para refletir a deterioração da qualidade creditícia, bem como classificação de estágio adequado, conforme a Resolução CMN nº 4966/2021.

Os limites de concentração estão estabelecidos no documento RAS (Declaração de Apetite por Risco ou Risk Appetite Statement), e apresentados mensalmente no CROC.



Estrutura, Responsabilidade e Modelo de Negócio do Gerenciamento do Risco de Crédito

A descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos, que abrange o Gerenciamento de Risco de Crédito, está divulgada no sítio eletrônico (webpage) do DB Brasil e contempla critérios e procedimentos, claramente definidos e documentados, acessíveis aos envolvidos nos processos de concessão e de acompanhamento de operações sujeitas ao risco de crédito, incluindo:

- Avaliação periódica do grau de suficiência dos instrumentos mitigadores;
- Detecção de indícios e prevenção da deterioração da qualidade creditícia da contraparte;
- Tratamento das exceções aos limites e níveis de apetite por risco de crédito fixados na RAS (Declaração de Apetite por Risco ou Risk Appetite Statement);
- Cobrança e recebimento de créditos; e
- Recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A atividade de gerenciamento de risco de crédito é desempenhada pela área de CRM, sendo essa área segregada das demais unidades de negócios do DB Brasil, bem como da área de Auditoria Interna. A área de CRM é a unidade do DB Brasil responsável por:

- Gerenciar o risco de crédito do DB Brasil e
- Possibilitar que todos os sistemas e modelos utilizados no gerenciamento de risco de crédito sejam compreendidos adequadamente pelos integrantes da área de CRM.

A área de Negócios é responsável por dar origem ao processo de crédito, solicitando limites de crédito ao cliente. Esse processo continua com a execução das avaliações iniciais. As avaliações e suas conclusões são documentadas e resumidas no Relatório de Crédito (ou no Adendo ou *Addendum*) que formam a base necessária para todas as aprovações de crédito.

A área de Negócios também trata da execução no dia a dia do processo de NCA (New Client Adoption ou Adoção de Novos Clientes), processo é supervisionado e algumas vezes apoiado pela área de AFC (Anti-Financial Crime ou Prevenção a Crimes Financeiros). Dessa forma, assume a responsabilidade por atender às exigências de Conheça Seu Cliente (KYC ou Know Your Customer). Em caso de inadimplemento, as responsabilidades pela recuperação das perdas serão atribuídas para a unidade de negócios responsável.

Principais Tópicos de Gerenciamento do Risco de Crédito

Para garantir a visão geral, completa e abrangente do portfólio de crédito do DB Brasil, a área de CRM opera uma plataforma totalmente integrada de gerenciamento de risco que incorpora informações de diversos sistemas das áreas de Negócios e de Infraestrutura. Os sistemas fornecem:

- Hierarquia precisa de clientes, conforme estipulado nos acordos legais entre o DB Brasil e o cliente;
- Classificações de *rating* por contraparte e gravidade de perda para cada transação/ limite para suportar o cálculo do capital econômico do DB Brasil;
- Recursos de verificação pré-negociação para as áreas de Negócios;
- Informações precisas sobre os limites de crédito, conforme aprovado durante o processo de aprovação de crédito;
- Dados precisos de exposição de acordo com as metodologias de crédito aprovadas; e
- Parâmetros da indústria, país e outros para facilitar a gestão do portfólio e revisões da indústria.



A área de CRM deve emitir regularmente relatórios gerenciais com o objetivo de informar a Diretoria Executiva a respeito do desempenho do gerenciamento do risco do portfólio de crédito, em linha com as políticas e estratégias estabelecidas.

Na reunião mensal do CROC (Capital & Risk Oversight Committee – Comitê de Supervisão de Capital e Riscos), um membro da área de CRM apresenta um relatório gerencial contendo quadro com as seguintes informações:

- Exposição geral;
- Abertura por classificação de risco;
- Exposições sujeitas ao risco de concentração;
- Maiores devedores;
- Posição dos provisionamentos;
- Aprovações relevantes e recentes revisões de classificação de risco;
- A avaliação e a expectativa de desempenho das exposições ao risco de crédito, abordando sua classificação e as respectivas provisões;
- Informações relativas às exposições significativas caracterizadas como ativos problemáticos, incluindo características, histórico e perspectivas de recuperação; e
- Informações sobre execução de mitigadores e exposições em reestruturação.

Adicionalmente, na reunião mensal de CLP (Credit Loss Provision) são avaliadas a suficiência e a evolução das provisões para perdas esperadas de crédito. Nesse fórum, também são discutidos os cenários macroeconômicos prospectivos utilizados no componente *forward looking* do modelo, considerando projeções para os próximos anos e os seus potenciais impactos sobre a mensuração das perdas esperadas. No caso do portfólio local, a análise considera a aderência dos indicadores utilizados no modelo global à realidade brasileira.

O CRO (Chief Risk Officer) do DB Brasil apresenta mensalmente aos membros do BoD (Board of Directors – Comitê da Diretoria Executiva) um consolidado dos principais pontos do portfólio de riscos de crédito previamente reportados no CROC.

Gerenciamento do Risco de Crédito por Contraparte: Tabela CCRA – Informações Qualitativas

O risco de crédito de contraparte, ao qual o DB Brasil está exposto, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

O DB Brasil mantém total controle sobre a posição líquida (diferença entre contratos de compra e venda) e potencial exposição futura das operações onde existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes da Instituição.

O DB Brasil avalia e consolida globalmente todas as exposições/ linhas de crédito de um grupo financeiro (*One-obligor* principal – princípio de um único grupo financeiro). Todas as linhas de crédito de um grupo financeiro são agregadas nos respectivos sistemas de tecnologia da informação.

Uma única contraparte (ou único grupo econômico), para fins do gerenciamento do risco de crédito, deve agregar as contrapartes conectadas, as quais compartilham o risco de crédito, por meio de relação de controle.

Os critérios utilizados para a identificação de cada grupo de contrapartes conectadas devem ser documentados, devendo ser igualmente documentadas eventuais exceções de tratamento como contraparte única as contrapartes conectadas por relação de controle como a ausência de compartilhamento do risco de crédito entre elas.



Os rebaixamentos de classificação de *rating* geralmente deverão ressaltar uma deterioração na qualidade de crédito da contraparte (grupo) em questão, que potencialmente reduzirá o apetite de risco do DB Brasil.

A KCP (Key Contact Person – Pessoa de Contato Principal) precisa documentar (por meio de um adendo ou pela revisão anual de crédito, se o rebaixamento for parte da revisão anual de classificação, em ambos os casos no máximo dentro de dois meses) o impacto do rebaixamento da classificação de *rating* sobre o apetite de risco do DB Brasil e tomar as medidas necessárias para gerenciar a exposição. Se a classificação de crédito de qualquer tomador for rebaixada em três (3) pontos ou mais, a exposição de crédito precisará de nova aprovação ao nível de autoridade consistente com essa nova classificação.

4. Gerenciamento do Risco de Mercado (Tabela MRA – Informações Qualitativas)

Define-se como Risco de Mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. A definição inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Estrutura, Responsabilidade e Modelo de Negócio do Gerenciamento do Risco de Mercado

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado do DB Brasil está definida na Política de Gerenciamento de Risco de Mercado. A estrutura de gerenciamento compreende papéis e responsabilidades, organização e processos, metodologias e ferramentas, sistemas e infraestrutura.

O CROC (Capital & Risk Oversight Committee – Comitê de Supervisão de Capital e Riscos) é o principal fórum para discussão de assuntos relacionados a risco de mercado e tem responsabilidade por:

- Monitorar medidas de risco de mercado como VaR (Value at Risk ou Valor em Risco), Stress Test (Teste de Estresse) e sensibilidades para o DB Brasil;
- Monitorar medidas do risco de taxa de juros da carteira bancária do DB Brasil como o risco ao Valor Econômico (Delta EVE) e Risco de Resultado de Intermediação Financeira (Delta NII);
- Monitorar requerimentos de capital para risco de mercado e outros limites regulatórios;
- Aprovar limites operacionais;
- Monitorar excessos de limites;
- Realizar o monitoramento contínuo da efetividade dos controles, processos e ferramentas utilizados pelo DB Brasil para quantificar e gerir o risco de mercado; e
- Escalonar ao BoD (Board of Directors – Comitê da Diretoria Executiva) os principais assuntos relacionados a riscos de mercado.

O gerenciamento de risco de mercado é uma função independente das áreas de Negócios e da área de Auditoria Interna.

A área de Gerenciamento de Risco de Mercado e Precificação (MVRM – Market and Valuation Risk Management) é responsável localmente pela gestão diária do risco de mercado, acompanhamento de limites e utilização em linha com o estabelecido na RAS (Risk Appetite Statement - Declaração de Apetite por Risco), elaboração do cálculo de VaR (Value at Risk), teste de estresse e *backtesting* e IRRBB (Interest Risk Rate in the Banking Book – Gerenciamento de Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária). Mensalmente, apresenta aos membros do CROC as principais métricas de gestão de riscos de mercado e escalona ao CRO e/ou ao CROC.

A unidade do Deutsche Bank em Nova York (DBNY) é responsável pelo gerenciamento geral de risco de mercado a nível regional. A equipe da área de Finance (área de Finanças) no Brasil



fornece suporte operacional local enviando as informações necessárias para o cálculo de risco de mercado do DB Brasil.

A área de Processamento de Risco de Mercado (MRAC – Market Risk Analysis & Control) fica responsável pelo processamento global de todas as métricas de risco de mercado a nível regional, sob a estrutura de MVRM.

A área de Auditoria Interna é responsável pelo monitoramento do cumprimento das políticas e procedimentos de Gerenciamento de Risco de Mercado definidas pelo Banco.

Estratégia e Processos no Gerenciamento de Mercado

A estratégia de gerenciamento de risco de mercado do DB Brasil, assim como os limites, são definidos com base no apetite por risco do DB Brasil e no Plano Estratégico de Riscos aprovado pelo BoD e pelo CROC anualmente.

Os limites de risco são baseados em vários fatores, dentre eles o apetite do DB Brasil ao risco, complexidade de suas operações, liquidez de mercado, orçamento e uma avaliação do mercado local. Eventuais excessos nos limites de risco de mercado serão escalonados em consonância ao disposto na RAS (Declaração de Apetite por Risco ou Risk Appetite Statement) do DB Brasil.

As principais ferramentas utilizadas pelo DB Brasil para quantificar e gerir o risco de mercado são:

- Sensibilidades: São divididas em categorias, tais como Taxas de Juros e Câmbio. Alguns exemplos de medidas utilizadas são: FX Delta e PV01's;
- VaR: Medida estatística que sumariza a exposição de uma carteira ao risco de mercado em condições normais de mercado;
- Stress Test: Medida que representa o impacto no resultado da carteira para determinado cenário de crise. O cenário é revisto periodicamente pela área de MVRM;
- Risco ao Valor Econômico (Delta EVE): Medir o risco do valor econômico (marcação a mercado) dos fluxos de caixa da carteira bancária em diferentes cenários de taxas de juros considerando riscos de opcionalidades;
- Risco de Resultado de Intermediação Financeira (Delta NII): Medir o impacto de alterações na taxa de juros sobre o resultado de intermediação financeira oriundo da carteira bancária do DB Brasil no horizonte de um (1) ano;
- Risco de Perdas e Ganhos embutidos: Definido como a diferença entre o valor presente das posições ativas, passivas e das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial (off-balance sheet) sujeitos ao IRRBB e o respectivo valor contábil, sendo monitorado pelo limite de PV01 máximo da carteira bancária que faz o hedge da posição accrual da carteira e também pelo limite de perda embutida dado pelo valor financeiro nominal da diferença a mercado e accrual; e
- *Backtesting*: Processo diário de comparação entre os resultados financeiros oriundos de movimentações de mercado e a estimativa prévia do VaR.

Principais Características dos Sistemas de Informação e de Mensuração dos Riscos

Em linha com os requerimentos estabelecidos na Resolução BCB n° 111/2021, o DB Brasil emitiu a Política de Classificação e Monitoramento das Carteiras de Negociação (Trading Book) e Bancária (Banking Book).

Para a carteira bancária (Banking Book), o DB Brasil adota a mesma metodologia utilizada para mensuração do risco de taxas de juros utilizada para a carteira de negociação (Trading Book) divulgada pelo BACEN para exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras (RWAJUR2), exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços (RWAJUR3) e à variação da taxa dos cupons de taxa de juros (RWAJUR4). Esta opção se deve ao fato da carteira bancária apresentar descasamentos de prazos relativamente pequenos e seus valores serem significativamente inferiores em relação às posições da carteira de negociação.



Quanto ao cálculo das exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em Reais (RWAJUR1), a metodologia adotada sofre alterações visando cobrir o prazo médio das principais operações da carteira bancária. O prazo utilizado é de sessenta (60) dias úteis, tanto para os cálculos do VaR Padrão quanto para a parcela do VaR estressado.

O DB Brasil não possui operações sem vencimento na carteira ativa. No lado passivo, encontram-se os depósitos de conta corrente e os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com liquidez diária, os quais não afetam os cálculos de requerimento de capital, visto que são realizados em moeda local (Reais). Eventual impacto de liquidação antecipada dessas carteiras poderia causar impacto no risco de liquidez.

O controle de risco de liquidez do DB Brasil contempla possíveis impactos causados pelo saque de depósitos com liquidez diária por meio do Relatório de Teste de Estresse de Liquidez, no qual utiliza-se alguns pressupostos de saque para o depósito à vista, resgate antecipado e renovação para os CDBs, desta forma avaliando estes impactos na liquidez corrente do DB Brasil.

5. Gerenciamento do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (Tabela IRRBBA – Informações Qualitativas)

O IRRBB (Interest Risk Rate in the Banking Book – Gerenciamento de Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Estrutura, Responsabilidade do Gerenciamento do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária

A Estrutura de Gerenciamento de Riscos do DB Brasil contempla todos os riscos relevantes definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017. Baseia-se no fato de que todas as operações que tenham por essência a manutenção de seus ativos, estão classificadas na carteira bancária. Dado o atual modelo de negócios do DB Brasil, a maioria das operações ativas e todas as captações de recursos estão registradas na carteira bancária.

Observa-se o relativo “casamento” entre o *funding* (captação) e o repasse, particularmente em relação às operações ativas da área de Corporate Bank – Trade Finance (CB - TF) e as operações passivas da área de Treasury. Por esse motivo, é feita a verificação da correlação entre o volume de captações e respectivos repasses classificados na carteira bancária, garantindo dessa forma o equilíbrio dessa carteira.

A verificação mencionada acima contempla não apenas a análise dos valores absolutos, mas também prazos, taxas, indexadores e moedas.

A área de Market and Valuation Risk Management (MVRM - Gerenciamento de Risco de Mercado e Precificação) é responsável por definir o apetite ao risco do IRRBB (Interest Risk Rate in the Banking Book – Gerenciamento de Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) baseado em abordagens do valor econômico (EVE - Economic Value of Equity) e resultado de intermediação financeira (NII - Net Interest Income), produzir e atualizar a Política de IRRBB, monitorar o EVE e o NII, definir os limites das métricas de IRRBB e produzir os relatórios de EVE e NII.

A área de Treasury (Tesouraria) é responsável por gerenciar o NII e o EVE do DB Brasil.

A equipe da área de Finance (Finanças) - Product Control (Controle de Produtos) é responsável por garantir que as operações estão aderentes à Política de Classificação e Monitoramento das Carteiras de Negociação (“Trading Book”) e Bancária (“Banking Book”).

Estratégia e Processos no Gerenciamento de Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária

A estratégia de gerenciamento de risco de mercado do DB Brasil, assim como os limites, são definidos com base no apetite por risco do DB Brasil e no plano estratégico de riscos aprovado pelo BoD e pelo CROC anualmente.



Os limites de risco são baseados em vários fatores, dentre eles o apetite do DB Brasil ao risco, complexidade de suas operações, liquidez de mercado, orçamento e uma avaliação do mercado local. Eventuais excessos nos limites de risco de mercado serão escalonados em consonância ao disposto na RAS (Declaração de Apetite por Risco ou Risk Appetite Statement) do DB Brasil.

Os principais controles do risco de taxa de juros da carteira bancária são:

- IRRBB – EVE: Monitorar o risco do valor econômico (marcação a mercado) dos fluxos de caixa da carteira bancária do DB Brasil em diferentes cenários de taxas de juros, fluxos de caixas (pré-pagamento de operações pré-fixadas) e moedas. Relatório produzido mensalmente e apresentado ao CROC e ao BoD;
- IRRBB – NII: Monitorar o impacto de alterações na taxa de juros sobre o resultado de intermediação financeira oriundo da carteira bancária do DB Brasil no horizonte de um ano;
- PV01 da Carteira Bancária: Relatório diário com as sensibilidades do preço da carteira bancária no que diz respeito às mudanças na taxa de juros subjacente. Com um limite para posição a mercado que faz o hedge das posições *accrual* da carteira bancária; e
- Perdas e Ganhos Embutidos: Métrica calculada como o PV01 da Carteira Bancária em gap entre as posições marcadas a mercado e as posições em *Accrual* e o seu valor financeiro estressado com um choque de variação de 400bps num horizonte de tempo de 1 mês.

Principais Tópicos e Metodologias do Gerenciamento do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária

O DB Brasil marca a mercado todas as operações da carteira bancária com as curvas atuais de mercado e com a curva estressada, conforme descrito nos cenários abaixo e a diferença entre o MtM (Mark to Market – Marcação a Mercado) e o MtM estressado gera o risco ao valor econômico.

Quanto aos cenários, o DB Brasil utiliza os mesmos cenários padronizados pelo Comitê de Basileia (BIS - Bank for International Settlements) e também na Circular BACEN nº 3.876/2018 para o cálculo do EVE.

O DB Brasil projeta o resultado de intermediação financeira em um cenário base com o balanço patrimonial estático do período, assumindo que as posições serão renovadas com o mesmo *spread* e comparadas com o resultado de intermediação financeira em diferentes cenários. São utilizados choques de +400bps e -400bps nos cenários de resultado de intermediação.

Reclassificação entre Carteiras

Durante o 4º trimestre de 2025, não houve reclassificação entre as Carteiras Bancária e de Negociação.

6. Gerenciamento do Risco Operacional (Tabela ORA – Informações Qualitativas)

Tabela ORA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco operacional

As políticas e estratégias para o gerenciamento do risco operacional.

O gerenciamento do Risco Operacional no DB Brasil está inserido em uma Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos, que visa fornecer linhas claras de responsabilidade para monitorar os principais riscos inerentes às atividades das linhas de negócios.

A estrutura de gerenciamento de riscos do DB Brasil está fundamentada em 3 principais políticas internas voltadas para diferentes frentes de riscos operacionais, sendo elas:



- Política de Gerenciamento do Risco Operacional;
- Política de Resiliência Operacional;
- Política de Gestão de Produtos.

A estratégia para seu gerenciamento é baseada em restrições autoimpostas que definem o nível de risco que o DB Brasil está disposto a assumir na condução de suas atividades de negócio, formalizadas na Declaração de Apetite por Riscos, que é revisada anualmente.

As políticas e estratégias de gerenciamento do risco operacional fundamentadas nas políticas internas podem ser descritas nas seguintes principais estratégias:

Gerenciamento de Findings: Um *Finding* (apontamento) é uma lacuna ou deficiência de controle documentada, com um plano de ação associado para corrigir a fraqueza dentro de um prazo definido. Um "Self-Identified Issue" (SII) é um tipo de "Finding" que é proativamente identificado por uma área, em vez de uma entidade externa ou auditoria interna. Este processo formal é eficaz porque garante que os problemas sejam registrados, atribuídos a um responsável e acompanhados até uma resolução sustentável, mitigando assim o risco e corrigindo lacunas no ambiente de controle do banco. Prazo para solução, ações pendentes ou em andamento e atualizações a respeito de findings locais em aberto, são reportados mensalmente para o Comitê de Supervisão de Capital e Riscos (CROC).

Gerenciamento de Eventos Operacionais: Os eventos de risco operacional são identificados, classificados por materialidade, escalados (se materiais) e registrados na ferramenta EMap para gestão. São registrados não apenas eventos que causaram uma perda operacional efetiva, mas também ganhos, quase perdas, eventos que distorcem relatórios, e eventos de fronteira. Para eventos significativos, exercícios de Lições Aprendidas são obrigatórios para analisar a causa raiz, falhas de controle e definir ações de remediação, envolvendo um grupo de trabalho dedicado. Quando ocorrem eventos significativos, os mesmos também são reportados mensalmente para o Comitê de Supervisão de Capital e Riscos (CROC).

Para garantir que eventos de perdas operacionais sejam devidamente registrados no sistema, é realizada mensalmente uma reconciliação entre o sistema de base de perdas operacionais, e as contas de perdas operacionais do contábil. Isso garante que eventos foram devidamente registrados, e caso divergências sejam identificadas pela área de riscos, os devidos responsáveis pelos lançamentos contábeis serão notificados para formalização dos eventos na base de perdas.

A estrutura de Continuidade de Negócios (BCM) é o conjunto de atividades para preparar e recuperar os processos do Deutsche Bank em caso de interrupções operacionais. Ela garante um nível apropriado de disponibilidade dos nossos serviços, alinhada à nossa política de Resiliência Operacional. O processo é um ciclo contínuo que envolve o planejamento, treinamento e testes das Unidades de Recuperação (RUs). Isso permite ao DB Brasil responder a cenários de crise, proteger seus clientes e manter as obrigações regulatórias. O objetivo final é limitar os impactos negativos de qualquer interrupção e melhorar continuamente a resiliência da Instituição.

A Gestão de Produtos estabelece a governança para o gerenciamento dos riscos associados ao desenvolvimento, à oferta, às alterações e ao monitoramento contínuo de produtos e serviços ao longo de todo o seu ciclo de vida. Seu objetivo é assegurar que novos produtos, serviços e iniciativas, bem como mudanças relevantes em ofertas existentes, sejam avaliados de forma estruturada antes de sua implementação, garantindo conformidade regulatória, prontidão operacional, gestão adequada de riscos e alinhamento com o apetite de risco do banco.

Cultura de Riscos: A Diretoria Executiva comunica consistentemente as expectativas de gerenciamento de riscos a todos os colaboradores como parte da disseminação de uma cultura de gestão de risco responsável e conjunta. O "tom do topo" (tone from the top) é considerado um aspecto fundamental desta cultura.

Ambiente de Controle: A política de gerenciamento se apoia em um robusto ambiente de controle, que inclui a formalização de atividades em políticas e procedimentos, o processo de aprovação de novos produtos e transações, e a ampla divulgação de regras por meio de comunicados e treinamentos para uma execução efetiva e consistente das atividades.



A estrutura organizacional, incluindo papéis e responsabilidades do pessoal da instituição no gerenciamento e controle do risco operacional.

A arquitetura organizacional do DB Brasil para a gestão e o controle do risco operacional é projetada com objetivo de ser proporcional à complexidade de suas operações e ao seu perfil de risco, garantindo uma clara delimitação de responsabilidades. Essa estrutura se apoia em um robusto sistema de governança por comitês e no modelo consagrado de três linhas de defesa.

- Comitê da Diretoria Executiva (BoD): Como órgão máximo de governança, o BoD detém a responsabilidade final de estabelecer o apetite por risco da instituição, além de aprovar e revisar periodicamente as políticas e estratégias de risco. O comitê também tem o dever de garantir a alocação de recursos suficientes para a área de riscos e de fomentar uma cultura de risco consciente em toda a organização.
- Comitê de Supervisão de Capital e Riscos (CROC): Este comitê funciona como o principal centro de deliberação para todas as questões de risco, inclusive o operacional. Suas atribuições incluem a análise do inventário de riscos, a verificação da conformidade dos processos com as políticas vigentes e a formulação de recomendações estratégicas ao BoD.
- Comissão de Produtos: Sendo um subcomitê do CROC, e liderado pelo responsável da área de Gestão de Risco Operacional (ORM), sua função é avaliar os riscos inerentes a novos produtos e transações antes de sua implementação, atuando como um portão de controle fundamental e reportando quaisquer irregularidades ao CROC.
- Comitê de Auditoria: Presta suporte ao BoD, auxiliando na identificação de vulnerabilidades e na melhoria contínua dos processos de gestão de risco e dos controles internos.

Estrutura Funcional (Linhas de Defesa):

O modelo operacional para o controle do risco está claramente dividido para assegurar aderência e eficácia:

- Primeira Linha de Defesa (1LoD): Representada pelas áreas de negócio e de operações, que são as executoras das atividades diárias. Elas possuem a responsabilidade primária de operar dentro dos limites e diretrizes de risco definidos, bem como de comunicar quaisquer anomalias.
- Segunda Linha de Defesa (2LoD): É constituída pelas áreas de controle, como Gerenciamento de Risco (incluindo a equipe de Risco Operacional - ORM) e Compliance. Esta linha define as políticas, monitora a aderência, estabelece os parâmetros de controle e colabora com a primeira linha para mitigar riscos.
- Terceira Linha de Defesa (3LoD): Composta pela Auditoria Interna, que atua de forma independente para realizar avaliações objetivas sobre a adequação e a eficácia de todo o sistema de gerenciamento de riscos e controles internos da instituição.

Sistemas, rotinas e procedimentos utilizados para mensurar o risco operacional.

Para a mensuração do risco operacional, o DB Brasil emprega uma abordagem processual contínua, suportada por sistemas específicos e rotinas de avaliação bem definidas, que permitem uma gestão proativa dos riscos.

Principais Tecnologias e Sistemas de Suporte:

- EApp: É a ferramenta do Grupo DB para identificação e registro de eventos operacionais.
- GFMS: Sistema dedicado para monitoramento do progresso dos gaps operacionais ("Findings"), suas ações corretivas e de adequação regulatória, garantindo que as medidas necessárias sejam implementadas pelas áreas de negócio e infraestrutura.
- BCS: Sistema utilizado para exercício de autoavaliação e mensuração de riscos e controles.
- eBCM: Sistema dedicado para formalização, teste e atualização contínua dos planos de recuperação de desastre.



Metodologias e Processos de Medição:

Avaliação e Inventário de Tipos de Riscos: O Banco realiza um processo sistemático de identificação e registro de riscos em um inventário, que é reportado mensalmente ao comitê CROC.

Classificação e Análise: É utilizada uma taxonomia própria de riscos operacionais para categorizar e analisar os eventos de perda, o que permite uma compreensão mais granular e um tratamento mais eficaz dos riscos.

A responsabilidade por definir a estrutura de medições e teste de estresse recai sobre a área de Gestão de Risco Operacional (ORM), e a execução de avaliação de riscos é feita pela primeira linha de defesa. A supervisão estratégica é realizado no comitê CROC com validação final do BoD.

Adicionalmente, o Teste de Estresse é uma técnica prospectiva para avaliar o impacto potencial de cenários adversos hipotéticos específicos na condição financeira do banco. A equipe avalia diversos cenários estressados, executando através dos seus modelos para produzir os impactos do estresse e entregar estes resultados para agregação na avaliação geral de solvência e capital do banco.

O escopo e contexto dos relatórios gerenciais enviados para a diretoria, o comitê de riscos, e o conselho de administração, incluindo sua periodicidade, os critérios para inclusão de informações referentes às perdas operacionais relevantes e os incidentes que ensejam reportes extraordinários.

Os relatórios gerenciais de risco operacional têm como objetivo subsidiar o Comitê de Supervisão de Capital e Riscos (CROC) e o Comitê da Diretoria Executiva (BoD) no acompanhamento do perfil de risco operacional da instituição, assegurando adequada supervisão, tomada de decisão e aderência ao apetite por risco.

O CROC recebe relatórios mensais consolidados contendo:

- (i) os principais riscos operacionais e o perfil de risco operacional, com base nos resultados do Risk and Control Self-Assessment (RCSA);
- (ii) o histórico de perdas operacionais, incluindo perdas, ganhos e quase perdas relevantes; e
- (iii) informações sobre eventos de risco operacional, independentemente de terem gerado impacto financeiro.

Adicionalmente, são reportados ao CROC, conforme aplicável, relatórios específicos sobre testes de estresse de risco operacional, continuidade de negócios e perdas ou ganhos operacionais relevantes, sempre que tais temas sejam considerados materiais para o monitoramento do risco.

Os critérios para inclusão de perdas operacionais relevantes consideram a materialidade do evento, sua recorrência, impacto financeiro ou não financeiro e seu potencial efeito sobre o perfil de risco e o apetite por risco da instituição. Eventos e incidentes relevantes que possam alterar significativamente o perfil de risco, gerar impacto regulatório, reputacional ou financeiro relevante, ou indicar falhas relevantes de controle, ensejam reportes extraordinários aos fóruns de governança competentes, conforme a gravidade e a natureza do evento.

Estratégias de mitigação do risco operacional, como políticas de disseminação da cultura de gerenciamento de riscos e de terceirização, programas de capacitação, e o estabelecimento de controles do risco operacional.

O processo de Gerenciamento de Apontamentos é a abordagem do Grupo Deutsche Bank para mitigar riscos identificados por diversas partes interessadas, externas e internas. Esse processo é desenhado para apoiar a 1ª e a 2ª Linhas de Defesa no gerenciamento dos riscos associados a fraquezas e deficiências de controle conhecidas, ao mesmo tempo que permite à gestão tomar decisões baseadas em risco, considerando a necessidade de mitigação ou de aceitação.



Quando apontamentos são identificados, os responsáveis pelo apontamento, em conjunto com os responsáveis pela ação, elaboram planos de ação para mitigar os riscos. Para os apontamentos cujos riscos foram considerados elegíveis (atendendo a certas condições) para serem aceitos, a revisão e a aprovação das partes interessadas competentes são mandatórias. A 2ª Linha de Defesa considera o impacto da Aceitação de Risco no Apetite de Risco como parte de sua decisão de aprovação.

Os resultados do processo de Gerenciamento de Apontamentos devem ser capazes de demonstrar que o Grupo DB está identificando ativamente suas fraquezas de controle e tomando medidas para gerenciar os riscos associados dentro de níveis aceitáveis do Apetite de Risco. Além disso, Riscos Operacionais identificados e avaliados podem ser adicionalmente reduzidos pela execução de atividades de mitigação, como por exemplo, através da melhoria dos Controles e do Ambiente de Controle, pela transferência de risco (e.x. seguros), ou da redução / encerramento da atividade de negócio em questão.

Adicionalmente, o Grupo Deutsche Bank promove uma cultura de risco robusta, na qual cada colaborador deve compreender plenamente e adotar uma visão holística dos riscos que podem resultar de suas ações, entender as consequências e gerenciá-los adequadamente em conformidade com o apetite de risco do Banco.

O Banco espera que os colaboradores exibam comportamentos que sustentem uma forte cultura de risco, em linha com o seu Código de Conduta. Para promover essa cultura, as políticas do Grupo Deutsche Bank exigem que os riscos assumidos sejam considerados durante os processos de avaliação de desempenho e de remuneração.

Esta expectativa é continuamente reforçada por meio de campanhas de comunicação e treinamentos mandatórios para todos os colaboradores do DB Brasil. Adicionalmente, os membros da Diretoria Executiva e a alta gestão comunicam frequentemente a importância de uma cultura de risco sólida para apoiar um "tom do topo" (*tone from the top*) consistente.

7. Informações Quantitativas

Anexo I (KM1 - Informações Quantitativas Sobre os Requerimentos Prudenciais)

Apresentação em tabela fixa das principais métricas estabelecidas pela regulamentação prudencial.

Anexo II (OV1 - Visão Geral dos Ativos Ponderados pelo Risco)

Apresentação em tabela fixa da visão geral do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA ou Risk-Weighted Assets) utilizado na apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR).

Anexo III (MR1 - Abordagem Padronizada - Fatores de Risco Associados ao Risco de Mercado)

Apresentação em tabela fixa do montante dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado apurado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD).